

# A HISTÓRIA E A MICRO HISTORIA: uma entrevista com Carlo Ginzburg <sup>1</sup>

*Renato Pinto VENÂNCIO*

Autor de vasta e variada obra, Carlo Ginzburg vem promovendo uma profunda transformação nos conceitos e noções comuns ao trabalho do historiador. Na presente entrevista, concedida em 20 de outubro de 1989, o professor Ginzburg analisou as contribuições dessa renovação, assim como o significado da micro-história nas pesquisas atuais.

P. Os leitores de seus livros ficam geralmente impressionados com a erudição que o Sr. demonstra ter. Seria interessante que o Sr. comentasse as etapas de sua formação.

R. Sim. Eu estudei em Pisa, na escola Normal Superior que é uma instituição formada a partir do modelo da Escola Normal francesa, criada no século XIX. Paralelamente frequentei a Universidade de Pisa. Quanto à erudição, acredito que se trata simplesmente um "gosto", pois não sou um erudito no sentido estrito do termo. Dentre os historiadores vivos, o que mais me influenciou nesse sentido foi Delio Cantimori que, certamente, é um grande erudito dotado de uma curiosidade enorme, sem limite. Seu trabalho voltou-se para temas que vão da história dos arquivos italianos do século XVI a Marx e o historicismo alemão. Delio Cantimori é um intelectual que realmente tem o "gosto" pela erudição. Também conheci outro grande erudito, Augusto Campana, que trabalha na Biblioteca do Vaticano. O curioso é que, em Pisa, seus seminários eram ministrados sábado à noite e eu achava-os bastante enfadonhos, mas tinha um fascínio pela erudição de Campana que acabou repercutindo em meus trabalhos. Na verdade, entendo a erudição como o interesse pelo detalhe concreto. Tenho grande apreço pelo debate teórico, mas não me interessa por discussões teóricas sem referências concretas. Creio que é importante haver uma convergência entre erudição e questões teóricas.

P. Infelizmente a historiografia italiana contemporânea é bem menos difundida no Brasil do que a francesa ou inglesa. Em sua opinião, quais são as principais tendências da historiografia italiana dos nossos dias?

R. Quando falamos da historiografia italiana do século XX, há grandes nomes que ainda são pouco conhecidos no Brasil, como, por exemplo, o historiador Arnaldo Momigliano, intelectual de origem judaica que foi obrigado a fugir da Itália em 1938 e fez a maior parte de sua carreira na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas manteve fortes ligações com a Itália. Momigliano é um historiador de fama mundial e eu mesmo fui influenciado por seus trabalhos. O mesmo posso dizer das pesquisas de Cantimori, que é em geral pouco conhecido no Brasil, a não ser um círculo estreito de especialistas. Atualmente há também um grupo de bons historiadores da minha geração ligados a revista *Quaderni Storici*, da qual faço parte. Giovanni Levi é outro importante

---

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto  
LPH / Revista de História, 1:1-6,1990

historiador que trabalha com história demográfica e social e é autor de um conhecido livro, já traduzido em inglês, alemão e em vias de ser publicado na França, intitulado *Eredità Immateriale*, e que tem por objetivo reconstituir a sociedade piemontesa do século XVII, através do relato de um padre exorcista. Outra tendência das pesquisas volta-se para a história política. Nesse sentido venho trabalhando com Levi em uma coleção intitulada *Micro-Historia*. Meu livro sobre Pierro de la Franceses<sup>2</sup> e o de Levi foram publicados nessa coleção. Mas, voltando ao tema da pergunta, creio que o pequeno número de traduções de livros de historiadores italianos coloca uma questão interessante: os historiadores italianos enfrentam o problema de escreverem em uma língua marginal do ponto de vista das ciências sociais. Além disso, a historiografia italiana nem sempre está ligada aos grandes temas da produção internacional.

P. Na resposta anterior o Sr. menciona a "micro-historia". No Brasil há um debate a respeito do significado desse termo. Como o Sr. entende a micro-historia?

R. Primeiramente gostaria de saber o que foi publicado a respeito desse debate...

P. Esse debate é essencialmente jornalístico, quase que restrito a resenhas de livros.

R. Por acaso quando se discute a noção de micro-história há referências a livros e autores que trabalham nesse campo?

P. Não. Em geral a noção de micro-história é reduzida à questão temática, a preocupação com temas de pesquisa bastante específicos.

R. Essa visão de micro-história é totalmente errônea. Mas o mais importante é saber se há referências a autores que trabalham com a micro-história ou se as críticas são feitas de uma maneira vaga...

P. Sim, micro-história, na maioria das vezes, é entendida como a valorização de determinadas temáticas: a sexualidade ou, para citar um tema já falado, a feitiçaria.

R. Isso é um absurdo! A micro-historia, no meu modo de ver, não está ligada a especificidade do objeto, mas sim a preocupação analítica, além de voltar-se para temáticas que não são centrais entre os historiadores ou então abordar de forma inovadora temas clássicos do debate historiográfico. Na coleção dirigida por mim e Levi, publicamos um livro sobre Galileu, de Pietro Redondi, que teve grande repercussão e já foi vertido para o francês. Pois bem, esse livro aborda o conhecido processo de Galileu de uma perspectiva totalmente inédita. Na mesma série foi publicado o livro de Franco Ramella que trata do problema da proto-industrialização no Vale Piemontês do século XIX, procurando demonstrar como nesse vale a indústria têxtil se desenvolveu em um contexto camponês, onde os operários eram ao mesmo tempo camponeses. O autor analisa o perfil da luta operária nessa região, no final do século XIX, como, por exemplo, uma greve que durou seis meses, mostrando como a sobrevivência dos operários só foi possível graças ao acesso que eles tinham à terra. Franco Ramella analisa diversos outros aspectos da vida desses operários em uma perspectiva próxima à de Thompson. Em outras palavras, a micro-historia é uma história social com grande preocupação analítica, apaixonante e não necessariamente ligada a temas marginais. Será que podemos classificar a vida de um exorcista, estudada por Levi, como um tema marginal?

Não sei..., o mais importante, porém, e o que gostaria de sublinhar, é que Giovanni Levi colocou problemas teóricos importantes a partir desse objeto de pesquisa. Creio que aí está a raiz da questão: a micro-história implica em uma abordagem ao mesmo tempo analítica, centrada em um tema específico, não necessariamente marginal e voltada para discussões teóricas. Além disso, a coleção micro-história sublinha a importância dos historiadores escreverem de forma que seja acessível não só aos especialistas como também ao público em geral. Do meu modo de ver, a micro-história não é um método rígido, mas sim uma perspectiva. Na verdade, uma discussão a respeito da noção de micro-história em geral não tem muito sentido, pois se trata de mais uma etiqueta.

P. Sua resposta me deu a impressão de que a micro-história é uma recuperação da perspectiva de Lucien Febvre. R. De qual Febvre?

P. O de Lutero, por exemplo. 3

R. Creio que não, embora seja verdade que o livro de Redondi tenha sido influenciado por Febvre, como o próprio autor reconhece. Acredito que o olhar analítico voltado para um objeto específico e tentando colocar questões gerais resulta em uma perspectiva mais próxima a antropologia

P. O Sr. faz referenda em seus trabalhos as noções de "cultura popular", "mentalidade popular", gostaria de saber se por acaso o Sr. faz restrições a utilização da noção de ideologia. A noção de ideologia não nasceu com o marxismo. Na verdade, ela é bem anterior e se tornou uma categoria central no debate marxista com certo sentido negativo. No interior da tradição marxista, um nome como Gramsci sublinhou a ambigüidade da noção de ideologia, carregando-a de conotações que não são positivas. Trata-se de um conceito que não é fácil de aplicar, embora o tenha utilizado algumas vezes. Acredito, porém, que "cultura", noção também de difícil aplicação, e um termo mais neutro e mais próximo a perspectiva antropológica.

P. A ênfase na noção de cultura ao invés de ideologia não implicaria em uma reflexão previa a respeito das relações entre cultura e dominação de classe?

R. Trata-se de um problema bastante complexo. As classes dominantes têm uma tendência a utilizar modelos culturais, como, por exemplo, os cultos monárquicos do passado. Os grupos dominados, por sua vez, são explorados não somente através de relações de força, mas também pela construção de um consenso cultural que explica porque as pessoas fazem coisas que vão contra os próprios interesses. Uma questão interessante é a de que o modelo de dominação ideológica de Marx foi baseado nas sociedades camponesas. Há, em Marx, certa idéia de que o proletariado seria imune a ideologia. Nesse sentido, a ascensão do fascismo significou uma ruptura e colocou questões teóricas não somente a nível político ou militar, mas também a nível cultural. Penso nas análises de Gramsci e de Togliatti, principalmente as Lições de Moscou pronunciadas por esse último. Nesse trabalho Togliatti mostrou ter compreendido a natureza do fascismo não somente pelos aspectos de dominação política e militar, mas também sob o ângulo cultural. No meu modo de ver, as interpretações de Togliatti a respeito do fascismo foram bastante influenciadas por sua

experiência na União Soviética. Foi o regime soviético que mostrou a Togliatti a importância da vivência cultural na construção do consensus. No caso da sociedade italiana, a questão é saber por que o proletariado não se opôs a ascensão do fascismo e porque, após o golpe de Estado, o regime, através da força, mas também por meio da construção de um consenso cultural, se instalou. De certa maneira, até mesmo um golpe militar, para se instalar, necessita da construção de um consensus e aí a dominação cultural desempenha um papel fundamental.

P. Um dos problemas que os historiadores brasileiros enfrentam ao aplicarem o conceito de cultura popular diz respeito ao fato da sociedade brasileira ter sido formada por populações de tradições culturais completamente dispares. Como o Sr. vê essa questão?

R. Minha atitude em relação às categorias é bastante nominalista, ou seja, acho que as categorias não existem em si, mas pelo contrário, só tem sentido quando aliadas a perspectivas concretas e a pesquisas concretas. Para utilizarmos a noção de cultura popular no contexto brasileiro que, diga-se de passagem, conheço muito pouco, creio que primeiramente devemos partir da idéia de cultura no plural. Em outras palavras, o que existe são culturas populares, sendo que essa diversidade, obviamente, não exclui a existência de elementos em comum. Acredito que devemos partir de uma idéia global de cultura popular para em seguida desmembrá-la, justamente para mostrar como as atitudes populares são diversificadas. Mas essa perspectiva não é dogmática, acho que para haver um debate fecundo a respeito de cultura popular, os historiadores devem escolher entre a noção de cultura popular no plural ou no singular, tentando mostrar através de pesquisas concretas qual das duas noções é mais eficaz. Em uma conferência que pronunciei em São Paulo discuti esses aspectos e notei que havia um grande interesse por questões teóricas, cheguei mesmo a travar uma polêmica, na qual afirmei que as questões teóricas quando desligadas de pesquisas concretas, não tem nenhum interesse para mim, pois é de certa maneira fazer uma falsa teoria. E entrar no debate científico sem verdadeiramente dele participar, é tentar ser Foucault sem realmente trabalhar a maneira de Foucault. Tal distorção resulta da idéia de que basta estar em dia com as últimas modas parisienses para se estar no centro do debate científico. Penso que, pelo contrário, para participar da produção científica devemos partir de um problema que conhecemos de primeira mão, somente assim podemos levantar questões teóricas e contribuir no debate científico. Hoje há dois tipos de historiadores, os que se interessam por temas da história nacional que tenham ressonância internacional como, por exemplo, a Revolução Francesa, e historiadores que abordam temas que não se justificam por si mesmos. O que se passou nos últimos anos, não só na Itália, mas em diversos outros países, e que cada vez mais a segunda tendência é mais numerosa. O que justifica, por exemplo, um livro sobre a vida de um moleiro do século XVI? Ora, segundo esse modo de ver, não é o objeto, mas sim a abordagem que justifica uma pesquisa. Acho que isso é um fenômeno novo em termos historiográficos e evidentemente não tem nada a ver com a revalorização da "história local", gênero que só interessa a eruditos provincianos. De certa maneira, a segunda tendência acima mencionada procura aproximar a perspectiva histórica da antropológica. Os antropólogos valorizam o estudo de sociedades bastante específicas que aparentemente não se justificam em si como objetos de pesquisa, mas, na realidade, o que interessa

aos antropólogos e a possibilidade de abordar minuciosamente e teoricamente a sociedade em questão. Evans-Pritchard, ao estudar a feitiçaria entre os Azande, aliou um enfoque micro a questões comuns ao debate intencional a respeito do tema investigado. Essa mesma perspectiva começa a se tornar comum entre os historiadores. Poderia citar como exemplo o livro de Natalie Zemon Davis a respeito da vida de um desconhecido camponês do século XVI. 6 Enfim, considero muito importante a manipulação de escalas, aliar o estudo em escala regional a questões teóricas comuns ao debate intencional.

P. o Sr. utiliza em seus trabalhos a noção de longa duração. Os historiadores que compartilham dessa perspectiva são via de regra, pessimistas em relação às rupturas históricas, Como o Sr. encara as transformações bruscas na sociedade e na cultura?

R. É verdade, sou fascinado pela longa duração e utilizei essa perspectiva em meus trabalhos, principalmente no meu último livro *Storia Noturna* e, de maneira ensaística, no artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* 7. Creio que as noções de longa duração e de ruptura não são excludentes, a não ser em uma perspectiva totalmente ideológica, no sentido pejorativo do termo. Da mesma forma, aqueles que ressaltam a ruptura em detrimento da longa duração também caem em uma armadilha ideológica. Essa última perspectiva é própria da historiografia de esquerda, não somente a italiana, e é baseada na premissa de que o historiador só é revolucionário quando estuda a revolução, ou então, de que todos aqueles que compartilham da perspectiva da longa duração são necessariamente reacionários ou conservadores. Essas idéias são igualmente tolas, são tolices inacreditáveis. Fico imaginando as tiradas sarcásticas que Marx faria de atitudes como essas. Na realidade, as noções de longa duração e de ruptura podem ser convergentes, mas isso não é fácil, há problemas de método e de narrativa. Desde a década de sessenta procuro pautar minha análise a partir dessa convergência, creio que essa preocupação originou-se de meus esforços em abordar a história política de maneira mais ampla. Como exemplo da importância dessa perspectiva, posso citar o caso da revolução iraniana, pois somente quem conhecia, além da história política, a história religiosa do Irã - o que implica uma análise do islamismo sob a ética da longa duração - pode compreender as transformações ocorridas naquele país. Michel Foucault não é um desses casos. Foucault esteve no Irã logo após a chegada de Khomeini ao poder e escreveu artigos em que dá a impressão de nada ter compreendido da revolução iraniana. Em outras palavras, a história política é algo importante demais para ser deixada somente nas mãos dos historiadores da política. Creio que devemos repensar a história política para tentar englobar as dimensões mais profundas dos fenômenos políticos.

P. No livro *Andarilhos do Bem*<sup>8</sup>, o Sr. amplia as origens de determinados traços culturais quase que estendendo-os a pré-história. Isso não seria ampliar demais a noção de longa duração? R. Não é bem assim. O que digo e o que é central em meus trabalhos e a idéia de que a data em que determinado fenômeno cultural foi registrado em um documento não é necessariamente a data de surgimento desse fenômeno. Uma determinada crença, a datada através de um documento pode ter surgido bem antes de o documento ter sido redigido, pode ter surgido um século antes, dois séculos antes... e assim por diante. O erro caricatural e grotesco é querer transformar essa dúvida em

afirmação, projetando a origem de todas as crenças religiosas era um passado pré-histórico. Na verdade, jamais estendi minhas análises à pré-história, mesmo porque compartilho a idéia de Leroi-Gourhan de que talvez jamais possamos afirmar coisa alguma a respeito da religião da pré-história. O que defendo é a existência de continuidades datadas, como, por exemplo, em Heródoto encontramos uma passagem na qual há referenda aos Neuros, população proto-báltica. Ora, Heródoto indica que entre os Neuros havia a crença da metamorfose de homens em lobos. Essa crença, hoje podemos afirmar, durou muitíssimo tempo e pode ser constatada em documentos relativos às populações bálticas do século XVII. Acho que há uma tendência, entre certos historiadores, em ignorar esses fenômenos ou então abordá-los através de pseudo-explicações científicas geralmente com base em Jung.

#### Notas

1. Essa entrevista contou com o inestimável apoio da prof. Laura de Mello e Souza, críticas e sugestões dos professores Luiz Villalta e Heliana Brina. Também somos gratos ao apoio técnico de Jorcelino Oliveira.  
GINZBURG, C. Indagações sobre Pierro, RJ, Paz e Terra, 1989.  
FEBVRE, L., Martinho Lutero: um destino? Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.  
GINZBURG, C, O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição, SP, Companhia das Letras, 1987.  
EVANS-PRITCHARD, E. E., Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande, RJ, Zahar, 1978.  
DAVIS, N. Z., O Retorno de Martin Guerre, RJ, Paz e Terra, 1987.  
GINZBURG, C. Mitos - Emblemas- Sinais, SP, Companhia das Letras, 1989.  
GINZBURG, C, Andarilhos do Bern, SP, Companhia das Letras, 1988.